

HISTÓRIA DO ESPORTE: ABORDAGENS EM MUTAÇÃO¹

Douglas Booth

Universidade de Otago

Dunedin, Nova Zelândia

doug.booth@otago.ac.nz

Recebido em 17 de janeiro de 2011

Aprovado em 15 de fevereiro de 2011

Resumo

Trinta anos após sua concepção e desenvolvimento como um ramo da história social, a história do esporte acadêmica está em estado de fluxo e, cada vez mais, é influenciada por um paradigma cultural inspirado no pós-modernismo. Neste artigo, examino a maneira como emergem, na história do esporte, as apropriações modernas da história social e as apropriações pós-modernas da história cultural. Enquanto a história social baseia-se em ideias sobre emancipação, verdades empíricas e o passado como uma fundação para o presente, a história cultural abraça uma forma de pensamento explicitamente autoconsciente e reflexiva, que relança a história como um discurso construído sobre o passado. Assim como examinar as características conceituais, ideológicas, narratológicas e semiológicas tanto da história social quanto da cultural, identifico áreas de acomodação entre as duas abordagens e discuto o potencial para esta acomodação florescer em histórias nas quais autores abertamente reflitam sobre seu trabalho e seus formatos e métodos, e revelem seus objetivos ideológicos e políticos, assim como as limitações de suas narrativas.

Palavras-chave: história social; história cultural; história modernista; história pós-modernista.

Abstract

Sport History: Shifting Approaches

Thirty years after its conception and development as a branch of social history, academic sport history is in a state of flux and increasingly influenced by a cultural paradigm inspired by postmodernism. In this article I examine the modernist assumptions of social history and the postmodernist assumptions of cultural history as they emerge in sport history. Whereas social history is ground in ideas about emancipation, empirical truths, and the past as a foundation for the present, cultural history embraces an explicitly self-conscious and reflexive form of thinking that recasts history as a constructed discourse of the past. As well as examining the conceptual, ideological, narratological and semiological features of both social and cultural history, I identify areas of accommodation between the two approaches and I discuss the potential for that accommodation to bloom into histories in which authors openly reflect on their work and their formats and methods, and reveal their ideological and political objectives as well as the limitations of their narratives.

¹ Com esta tradução, *Recorde* busca contribuir para a divulgação, em língua portuguesa, de autores relevantes da produção acadêmica em inglês na área de História do Esporte. Tradução: Rafael Fortes.

Keywords: social history; cultural history; modernist history; postmodernist history.

Desde o início da história do esporte como uma subdisciplina, no início dos anos 1970 (Struna, 2000), os principais pesquisadores vêm trabalhando principalmente dentro de dois paradigmas: história social ou história cultural. Historiadores trabalhando no paradigma da história social tipicamente incorporam o esporte em noções holísticas de sociedade e empregam conceitos e teorias sociológicas para explicar mudanças na natureza do esporte; em termos gerais, sua abordagem segue o modelo para o estudo da sociedade desenvolvido pelas ciências naturais modernas. Por contraste, a virada mais recente para a análise cultural, que reside na tradição hermenêutica, permite observar o engajamento dos historiadores do esporte em novas teorias do discurso, textualismo e narrativa como formas de compreender como as pessoas interpretam seus mundos e suas experiências. Neste artigo, traço um panorama do paradigma da história social na história do esporte. Em seguida, examino mais detalhadamente o conteúdo do paradigma cultural. Na seção final, identifico áreas da história do esporte nas quais os dois paradigmas se fundem, como uma forma de acomodação entre os princípios modernos² da história social e as apropriações pós-modernas da história cultural.

Obviamente, a dicotomia entre os paradigmas da história social e da história cultural que proponho neste trabalho é apenas um dos muitos esquemas analíticos possíveis para compreender os desenvolvimentos da história do esporte, a qual, como toda história, é incongruente com relação a abordagens, métodos e objetivos. Decerto, E. P. Thompson (1995, p. 51) destacou esta incongruência quando escreveu que

os modos de escrita da história são tão diversos; as técnicas empregadas pelos historiadores são tão variadas; os temas da investigação são tão disparatados; e, acima de tudo, as conclusões são tão controversas e tão frontalmente contestadas dentro da profissão, que é difícil aduzir qualquer coerência disciplinar.

Não obstante, a dicotomia de paradigmas história social/história cultural fornece um

² Na maior parte dos casos, optei por traduzir *modernist* por *moderno* e *postmodernist* por *pós-moderno*, sobretudo quando funcionam como adjetivo. Ressalto que, como adjetivos e no sentido usado por Booth, *moderno* e *modernista* são sinônimos, bem como *pós-moderno* e *pós-modernista*. (Nota do tradutor)

esquema particularmente útil para compreender mudanças recentes nas abordagens que concernem a história do esporte. A força desta estrutura, creio, reside na revelação dos fundamentos e presunções epistemológicos que sustentam a disciplina história e a subdisciplina história do esporte.

1. Paradigma da história social

Quando a história do esporte emergiu como uma nova área de estudo, na década de 1970, muitos pesquisadores reivindicaram lealdade ao campo mais amplo da história social e sua ênfase em totalidades sociais e vidas de pessoas comuns. Essas alegações serviram como uma abordagem metodológica e uma estratégia política. Nesta seção, resumo os princípios tanto da abordagem quanto da estratégia.

1.1 Metodologia

Historiadores do esporte trabalhando no paradigma da história social nos anos 1970 e 1980 tipicamente conceituaram o esporte como um elemento integrante da totalidade social (BAKER, 1983; WALVIN, 1984; KIDD, 1996, p. 8; HILL, 2007, p. 13). Na maioria das vezes, isto significou simplesmente fazer referência aos contextos social, político e econômico amplos do esporte e explicar seu desenvolvimento como uma consequência de alguma forma atórica de acumulação. No último caso, os adeptos viram as origens e desenvolvimento do esporte como a aglutinação de cadeias semicausais de modificações esportivas e sociais e a acumulação de seus efeitos (BOTTOMORE, 1975, p. 164). Modificações esportivas incluíam a introdução de regras, árbitros e entes administrativos e a construção de instalações especializadas e exclusivas (por exemplo, piscinas, ginásios, campos); modificações sociais incluíam o desenvolvimento de sistemas de transporte (trens, por exemplo) que facilitaram o deslocamento de equipes esportivas e torcedores, e novas formas de produção em massa, que reduziram os custos de equipamentos e produtos esportivos e os meios de comunicação de massa que ajuda-

ram a popularizar o esporte (ver, por exemplo, RIESS, 1995, p. 11-42). Embora às vezes rica em detalhes e anedotas, falta à abordagem da mudança social e do desenvolvimento do esporte moderno pelo viés da acumulação o poder explicativo demandado pelos historiadores comprometidos com a história social, que preferem relatos históricos enquadrados por teorias e conceitos sociológicos (MAGUIRE, 1995).

As teorias explicativas mais influentes entre os primeiros historiadores sociais do esporte foram modernização e marxismo. A abordagem da modernização para tratar da mudança social exerceu imensa influência nas ciências sociais (ADELMAN, 1993; STEARNS, 1980). Allen Guttman apresenta a teoria mais sofisticada a respeito da modernização e do esporte moderno e da transformação do último de uma forma amarrada a costumes religiosos e interligada a ritmos rurais para sua versão contemporânea, a qual ele caracteriza como secular, democrática, burocratizada, especializada, racionalizada, quantificada e baseada em uma obsessão com registros³. Guttman localiza o mecanismo básico de mudança no desejo humano e na busca por façanhas e *status* que, ele propõe, sustentou a revolução científica. De acordo com Guttman, o esporte moderno é a expressão cultural do mundo científico. “A emergência dos esportes modernos”, afirma, “representa [...] o lento desenvolvimento de um *Weltanschauung*⁴ empírico, experimental, matemático” (GUTTMANN, 1978, p. 85). Essa “revolução intelectual [...] simbolizada pelos nomes Isaac Newton e John Locke e institucionalizada na Sociedade Real inglesa [*Royal Society*]” explica como uma “postura impiedosamente moderna [...] subitamente, mesmo cruelmente, questionou formas pré-modernas de organização social e ideologia” (GUTTMANN, 1978, p. 85).

Guttman nomeia sua teoria da mudança social a partir do sociólogo alemão Max Weber. Mas, enquanto interações dialéticas entre indivíduo e sociedade; material e cultural; e subjetivo e objetivo escoram a teoria weberiana, Guttman localiza as origens do “impulso à

³ Em inglês, *records*. Aplicado ao esporte, o termo tem duplo significado: *registro* e *recorde*. (NT)

⁴ Em alemão no original. (NT)

quantificação” e do “desejo de vencer, de sobrepujar, de ser o melhor” na cultura científica inglesa do século XVII, sobre a qual dá poucos detalhes. Tampouco discute os mecanismos pelos quais este *Weltanschauung* científico se difundiu pelo mundo. Em vez disso, atribui a mania por registros ao *telos* da sociedade ocidental e ao esporte moderno (GUTTMANN, 1978, p. 85). Criticada por suas presunções e tendência geral funcionalistas (BOOTH, 2005), a abordagem de Guttman em relação à mudança também incorpora a homogeneização de diferentes sociedades, incluindo seus esportes, as quais ele deduz que sigam um modelo ocidental (MAGUIRE, 1999; TOMLINSON e YOUNG, 2010).

Contrastando com a teoria da modernização, o marxismo foca as relações de poder e as lutas sociais, as quais, como sustentam seus seguidores produzem mudança social – no caso do esporte, elas giram em torno da capacidade de definir práticas esportivas legítimas (BOURDIEU, 1978). Registros históricos revelam intensas lutas no século XIX acerca da legitimidade do esporte à medida que as classes médias se lançam à tarefa de reformar os esportes da classe operária (HARGREAVES, 1986; HOLT, 1989). As reformas incluíam restrições sobre o tempo (por exemplo, o dia de domingo) e os lugares (por exemplo, ruas públicas) disponíveis para o esporte, e proibições de certas formas, especialmente modalidades sangrentas (por exemplo, brigas de galo e de cachorro) e aquelas envolvendo apostas. De acordo com interpretações marxistas, uma nova forma de esporte institucionalizado emergiu no fim do século XIX, baseada na “utilidade moral dos jogos, respeitabilidade de classe média e conduta cavalheiresca” (GRUNEAU, 1988, p. 21). Criticamente, “nada disto ocorreu de uma maneira evolucionista, nem simplesmente propiciou a emergência de novas formas de racionalidade”; a marginalização ou incorporação de esportes tradicionais ocorreu em conjunto com a santificação do esporte amador, o qual era “parte de um processo amplo de conflito cultural e mudança social” (GRUNEAU, 1988, p. 21).

Ao propor motores para estas lutas, alguns acadêmicos marxistas enfatizaram conflitos de classe nas formações sociais capitalistas (BROHM, 1978; RIGAUER, 1981). Nestas teori-

as, o esporte funciona como um aparelho ideológico da burguesia para preservar e perpetuar estruturas capitalistas. No século XIX, isso significava glorificar hierarquias baseadas na habilidade e retardar o desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores. O esporte ajudava ambos: no caso da última, funcionava como uma “válvula de segurança emocional para a liberação de sentimentos agressivos que poderiam, de outra forma, ser direcionados aos reais opressores de classe” e “um senso falso de escape” (GRUNEAU, 1982, p. 23). Lembrando-nos da natureza unidimensional dessas teorias, Gruneau comenta que elas “reduzem as formações culturais a ‘reflexos passivos’ da realidade, em vez de dramatizações repletas de sentido” e “incorretamente considera” que as classes dominantes “de fato controlam completamente o esporte” de maneiras que as permitem defender seus interesses de classe (GRUNEAU, 1982, p. 25).

Não obstante estas limitações, a teorização marxista iluminou uma geração de acadêmicos. O historiador Eric Hobsbawm descreveu os *insights* como “cargas de explosivo intelectual, destinadas a detonar partes cruciais da fortificação da história tradicional” (1998, p. 193). Ironicamente, o poder destes *insights* reside em sua simplicidade: “aqueles que se lembram de nossos primeiros encontros com [o marxismo] talvez possam dar testemunho da imensa força libertadora de tão simples descobertas” (HOBSBAWM, 1998, p. 194). Gruneau também admite que, mesmo com todos os exageros, o marxismo oferece *insights* “poderosos” e “penetrantes”, especialmente sobre a forma como o esporte ajuda a reproduzir as “amarras repressoras” do capitalismo (GRUNEAU, 1983, p. 36).

Buscando escapar do reducionismo e determinismo do marxismo e incluindo expressões de agência ao darem conta da contínua dominação das estruturas capitalistas, estudiosos do esporte com inclinação de esquerda se aproximaram do conceito de hegemonia de Antonio Gramsci. A hegemonia gramsciana “refere-se aos [...] processos pelos quais os grupos sociais dominantes estendem suas influências [...] continuamente, remodelando suas formas de viver e modos de vida e crença institucionalizados, de maneira a obter consenso para o sistema e es-

trutura de relações sociais que sustenta sua posição de dominação” (GRUNEAU, 1988, p. 29). Criticamente, Gruneau reconhece a hegemonia como um “processo em andamento”, na medida em que os grupos dominantes enfrentam um esquadão infinito de práticas que emergem continuamente, as quais buscam redefinir e reformar formas culturais como o esporte. Portanto, através das lentes teóricas da hegemonia, historiadores e sociólogos com inclinação de esquerda construíram o esporte moderno como um conjunto de práticas que emergiram “através de conciliações e lutas” e que foram legitimadas pela burguesia em sociedades capitalistas que as incorporaram no sistema educacional e na mídia. Estes, por sua vez, reconstituíram “os significados dominantes do esporte de maneira a separá-lo de práticas politicamente perigosas ou economicamente perturbadoras” (GRUNEAU, 1988, p. 29).

A hegemonia emergiu como a “visão crítica autêntica do esporte” (MORGAN, 1994, p. 60). Em meados dos anos 1990, praticamente toda edição dos principais periódicos de história do esporte continha um artigo usando hegemonia (HOWELL, 1998, p. 101).

1.2 Estratégia política

A história social também fornece aos historiadores do esporte uma estratégia política, em dois sentidos. Primeiro, em sua forma mais ampla, a história social ajudou a aparar ataques de dentro da academia, os quais afirmavam que o estudo do esporte constituía um objetivo intelectual insignificante (BOOTH, 1997). Segundo, avançando seu foco para as vidas de pessoas comuns, os historiadores sociais com inclinação de esquerda promoveram a história como uma disciplina preocupada tanto com as condições sociais e políticas do presente quanto as do passado. Reconhecendo o passado como um “lugar de sofrimento e de transgressão ética” e incorporando mais e mais julgamentos de “política, moralidade e retidão” em suas narrativas, os historiadores sociais então reconceituaram a si mesmos como parte de uma “missão” para empoderar e emancipar minorias e mulheres (POSEL, 2008, p. 122; BERKHOFER, 1995, p. 145, 215; JENKINS, 1999, p. 11; MORGAN, 2010).

A presença de ideias emancipatórias é evidente na história social do esporte, especialmente nos trabalhos que lidam com discriminação racial e de gênero. Contudo, entre os historiadores sociais do esporte que adotam uma posição emancipatória explícita, Bruce Kidd é, sem dúvida, o mais proeminente.⁵ Ao longo de sua carreira e de seu trabalho, Kidd repetidamente refere-se ao papel da história na mobilização de atores para a mudança social. A história, “seja a partir dos relatos orais dos precursores, [ou] com a docência e pesquisa engajada, pode fornecer inspiração, instrução e energia”, declarou recentemente. Neste texto, Kidd apresenta as contribuições da história para as longas lutas contra o racismo com um exemplo e concluiu citando Lennox Farrel, um Afro-Canadense veterano de algumas destas campanhas; nas palavras de Farrel, “o ato de lembrar tanto motiva quanto instrui a resistência” (2010, p. 157-8). Coerente com as palavras de Farrel, Kidd insta os historiadores a contar “a história completa” das mulheres esportistas canadenses, as quais, afirma, têm sido “sistematicamente aniquiladas” no discurso público por intermédio da ausência em exposições, museus e halls da fama (KIDD, 2000, p. 173).

É impossível fornecer uma data precisa ou uma explicação única para a virada do social para o cultural na história. Victoria Bonnell e Lynn Hunt localizam a virada cultural nos anos 1980 e 1990 e identificam um punhado de fatores que contribuíram, incluindo “questões sobre o status ‘do social’, preocupações levantadas pelo retrato da cultura como um sistema simbólico, linguístico e representativo, dilemas metodológicos e epistemológicos aparentemente inevitáveis, o resultante ou, talvez, precipitado colapso dos paradigmas explicativos, e o consequente realinhamento das disciplinas (incluindo a ascensão dos estudos culturais) (BONNELL e HUNT, 1999, p. 6). Na história do esporte, a virada cultural não foi abrupta, nem regular. Exemplos de abordagens culturais dentro da história social abundam, como demonstram a análise do boxe negro feita por Gerald Early em 1988 e o estudo de Brian Stoddart, de

⁵ A principal história de Kidd, *A luta pelo esporte canadense (The Struggle for Canadian Sport)* ganhou o prêmio de livro da Sociedade Norte-Americana para a História do Esporte (NASSH, na sigla em inglês), em 1997.

1987, sobre a cultura do críquete de Barbados; o aclamado *Além da Fronteira (Beyond a Boundary)*, de C.L.R. James, antecedeu em um quarto de século o trabalho de Stoddart sobre cultura do críquete negra (EARLY, 1988; STODDART, 1987; JAMES, 1993[1963]). Registros e explicações do paradigma cultural são complicados pelo fato de que ele compreende “projetos variados e rivais” (LICHT, 1992). Walter Licht distingue três posições básicas: “construcionismo social”, “puro desconstrucionismo” e um “desconstrucionismo menos niilista” (1992, p. 41). A maioria dos historiadores do esporte que subscrevem o paradigma cultural trabalham dentro de uma estrutura construcionista social. Eles estão particularmente interessados no esporte como um meio de identidade e uma prática que cria sentidos para todos os tipos de grupos (comunidades locais, gêneros, nações etc.). Esta abordagem se tornou proeminente na história do esporte em meados da década de 1990 (ALLISON, 1993; JARVIE, 1993; NAURIGHT e CHANDLER, 1996). Os historiadores do esporte tendem a discutir os dois ramos de desconstrucionismo sob o título pós-modernismo (HILL, 1996; PARRATT, 1998, p. 9; PHILLIPS, 2006, p. 7). Diferentemente das abordagens construcionistas sociais, as abordagens desconstrucionistas/pós-modernas reconceituam a história como um “discurso através do qual o significado é criado, em vez de descoberto” e um “discurso que produz verdade, e não que busca a verdade” (MUNSLOW, 2006, p. 10). Na próxima seção, examino a emergência do pensamento pós-moderno e sua influência sobre o paradigma cultural na história do esporte.

2. Paradigma da história cultural⁶

Fundado nas ideias de Walter Benjamin, Roland Barthes, Jacques Derrida, Michel Foucault, Clifford Geertz, Maurice Halbwachs e Hayden White, o pensamento pós-moderno questionou os princípios analíticos e empíricos da história modernista e minou sua metodologia baseada em fontes e sua reivindicação de fornecer explicações verdadeiras e objetivas,

⁶ Esta seção é uma versão atualizada de Booth (2009).

especialmente das relações entre causas e efeitos. Esses pensamentos pós-modernos reverberam pela história do esporte contemporânea e alimentam muito do paradigma cultural. Steve Pope (2006) e Malcolm MacLean (2010) demonstram a necessidade de sensibilidade pós-moderna quando se lida com fontes de difícil compreensão e indeterminadas, respectivamente; Douglas Brown (2003) e Matthew Klugman (2010) se ocupam de fontes afetivas. John Bale (2004) mostra que muitos fatos são nada mais que “crenças” e que a linguagem é desordenadamente “complexa”, “multifacetada” e “escorregadia”. Vale notar que Jeffrey Hill (2006) explora o mesmo tema em seu exame do esporte como um conceito de “sentido negociado”. Incorporando aspectos de seu trabalho pessoal no contexto amplo dos direitos civis para mulheres e do movimento por ação afirmativa e políticas públicas sensíveis a gênero, Patricia Vertinsky (2004) abraça a contextualização reflexiva, uma forma pós-moderna de contextualização.⁷ Michael Oriard (1995) explora seu tema – futebol americano – como um texto cultural assentado em vozes e perspectivas múltiplas. Defendi a reconceitualização dos arquivos como lugares de poder, em vez de lugares de conhecimento (BOOTH, 2006a), e John Bale (2006) e Gary Osmond (2008) reconceituaram fotografias como processos produtivos na criação da história, em vez de, parafraseando Barthes, certificados de verdades passadas. Brett Hutchins (2002) desconstrói o funcionamento de mitos, os quais liga a estruturas sociais de poder e interesses consolidados, enquanto Gary Osmond e Murray Phillips (2004) e Jaime Schultz (2005) abordam a memória como um processo de construção, e não de recuperação de fatos e verdade. Onde historiadores modernistas ponderam a confiabilidade da memória, Osmond e outros lançam perguntas sobre as memórias que as pessoas têm do passado e como os indivíduos relacionam suas memórias com o presente. Dan Nathan (2003) descarta o historiador como um observador desencarnado, preferindo o historiador como autor. Synthia Sydnor (1998)⁸ experimentou apresentar a história de novas maneiras.

⁷ Sobre contextualização reflexiva, ver Berkhofer, 1995.

⁸ Ver também Phillips (2010).

Nesta seção, examino estas distintas ideias e práticas pós-modernas sob o que Alun Munslow (2007a) chama de “traços centrais” da história como um discurso construído: conceitual, ideológico, narratológico e semiológico. Examinando estes quatro traços em sequência. Primeiramente, pelas lentes da história modernista, que enquadraram o paradigma da história social e, em seguida, pelo pós-modernismo, que enquadraram muito do paradigma da história cultural.

2.1 História conceitual

Historiadores modernistas tipicamente utilizam “conceitos organizadores” – distinguindo-se de teorias estabelecidas – para auxiliar a “sintonia fina” de suas interpretações das fontes (MUNSLOW, 1997, p. 46). Talvez mais bem reconhecidos como classes de objetos (por exemplo, esporte amador; esportes radicais), noções gerais (hegemonia; gênero), temas (urbanização; democratização), períodos (por exemplo, Era Vitoriana; capitalismo tardio) e constelações de traços inter-relacionados (cavalheirismo esportivo; masculinidade), os conceitos abundam na história do esporte. De onde vêm estes conceitos? A esmagadora maioria dos historiadores modernistas simplesmente os pega de outras disciplinas, notadamente sociologia, antropologia e psicologia (HILL, 1996). O problema para os historiadores lidando com essa “troca de segunda mão”, como Munslow a chama, é sua “tendência a usar conceitos como uma forma de dar às fontes um sentido plausível”, quer dizer, “investir a interpretação histórica de uma convicção persuasiva” (2006, p. 64). “Os historiadores muito raramente tentam provar a verdade dos conceitos que pegaram emprestado”, Munslow continua, preferindo abrigar-se sob as saias da assunção de que “estes [conceitos] só podem ser adequados, uma vez que vêm da disciplina que lida com o campo de evidências sobre o qual o historiador está se debruçando”. Isto é particularmente válido quando o conceito “parece ‘se encaixar’ nos fatos” (MUNSLOW, 2006, p. 64).

“Historiadores construcionistas [mais] sofisticados têm alguma noção destes proble-

mas” (MUNSLOW, 2006, p. 65). Há tempos, Gareth Stedman Jones mandou um aviso aos historiadores do lazer contra o uso passivo de conceitos de outras disciplinas “como se não passassem de dispositivos inofensivos sem qualquer consequência além do significado transmitido pelas próprias palavras” (1977, p. 164). Arthur Stinchcombe (1978) censurou a frequente inserção de conceitos abstratos e irrelevantes em situações históricas concretas.⁹ Stinchcombe conclamou os acadêmicos a produzirem seus mais frutíferos conceitos examinando cuidadosamente as “analogias entre situações históricas” (1978, p. 17). No cerne da noção de conceito de Stinchcombe está a analogia “profunda”, a qual definiu como três ou mais relações equivalentes entre os elementos de uma categoria; mais relações equivalentes significam analogias “mais profundas” e maior atenção ao detalhe histórico (1978, p. 21, 28-9). Poucos historiadores do esporte se deram ao trabalho de construir seus próprios conceitos na linha recomendada por Stinchcombe. John Hoberman (1995) é uma exceção. Ele produziu o conceito de “internacionalismos idealistas” a partir de uma comparação entre Cruz Vermelha, Movimento Escoteiro, movimento para a pretensa língua franca internacional Esperanto e movimentos wagneriano e olímpico.

Hoberman encontrou em cada um destes movimentos um “repertório central de comportamentos e orientações” que lhes fizeram “coerentes enquanto uma categoria distinta de organizações inter-relacionadas tematicamente” (1995, p. 3). Somada à sua oposição ao marxismo, estes movimentos estimularam a segregação de gênero, adotaram uma “retórica de pertencimento global”, insistiram na neutralidade política, buscaram associar-se com aristocratas, “professaram interesse na paz ou no pacifismo” e expressaram “ansiedades a respeito da guerra” (HOBERMAN, 1995, p. 10-12). O conceito de Hoberman o levou a uma conclusão particular sobre a relação entre estes movimentos e o nazismo: “a dicotomia que mais efetivamente separa os internacionalismos do século XX em tipos opostos é a diferença entre socialistas e não socialistas” (HOBERMAN, 1995, p. 19). E esta diferença, mais que qualquer outra, expli-

⁹ Ver também Joan Scott (2007, p. 22).

ca a “disposição” das organizações internacionais idealistas para nutrir “negócios culturais” com os nazistas. Entre numerosos exemplos que Hoberman cita de internacionalismos idealistas acomodando o fascismo está a escolha, pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), de Berlim como sede da Olimpíada de 1936.

“Inventados pela comparação cuidadosa de ações e sentimentos” dos agentes que compõem os movimentos internacionais, os internacionalismos idealistas de Hoberman preenchem a noção de “conceito profundo” de Stinchcombe e a busca da história modernista por explicações causais.¹⁰ Não obstante, o internacionalismo idealista do autor mostra considerável elasticidade. Ele estende sua análise a três períodos: antes da Primeira Guerra Mundial (“período internacionalista antigo”), entreguerras (“era do fascismo”) e pós-Segunda Guerra Mundial (“era do evangelismo transnacional”). Mas somente o movimento olímpico aparece como um internacionalismo idealista do século XX. A Cruz Vermelha, formada em 1863, mal é mencionada, mesmo nas discussões sobre o internacionalismo idealista do século XIX; os movimentos do Esperanto e Escoteiro recebem pouca atenção na era do fascismo e desaparecem das discussões na era do evangelismo transnacional. De fato, não apenas o conceito de internacionalismos idealistas se torna crescentemente irrelevante para o argumento de Hoberman, mas ele também introduz comparações imprudentes. Por exemplo, descrevendo o movimento olímpico após a Segunda Guerra Mundial como um “refúgio para os politicamente repugnantes”, Hoberman traça paralelos com a Interpol e a Associação Médica Mundial. Pode-se argumentar que esta elasticidade beira as marcas do proto-pós-modernismo aparentes nas ruminções de E.P. Thompson sobre os conceitos históricos.

Thompson argumentou que o objetivo primário de um conceito histórico é lidar com as fontes da melhor maneira possível em uma dada conjuntura, em vez de preservar a integridade do conceito ao longo do tempo e do espaço. De acordo com Thompson, os conceitos históricos constituem uma categoria especial. Embora “generalizados por lógica a partir de muitos

¹⁰ Sobre esta busca, ver, por exemplo, Mahoney e Rueschemeyer (2003) e Diamond e Robinson (2010).

exemplos” os conceitos históricos

não impõem uma regra, mas [...] apressam e facilitam a interrogação da fonte, embora se perceba que cada caso se separa, neste ou naquele particular, da regra. A fonte (e o evento real) não é governada por regras, contudo não pode ser compreendida sem a regra, para a qual ele oferece suas próprias irregularidades (THOMPSON, 1995, p. 62).

Embora admitindo que uma abordagem como esta pode “provocar impaciência” entre acadêmicos “que consideram que um conceito com tamanha elasticidade não é um conceito verdadeiro, e uma regra não é uma regra a menos que a fonte esteja de acordo com ela”, Thompson sustenta que os conceitos históricos são inteiramente “apropriados” por sua capacidade de facilitar o “escrutínio dos ‘fatos’ [históricos], os quais, mesmo em seu momento de interrogação, mudam sua forma (ou retêm sua forma, mas mudam seus ‘significados’), ou se dissolvem em outros fatos” (1995, p. 61-2). Hoberman (1995) ilustra o argumento de Thompson em diversas passagens, mais notavelmente em seu relato detalhado sobre o membro do COI Kim Un Yong, o qual é costurado em uma discussão sobre velhos nazistas e neofascistas misturando-se com conservadores tradicionais no “crepúsculo político transnacional” após a Segunda Guerra Mundial.

Contrastando com a usual apropriação de segunda mão de conceitos na história social do esporte (e o esforço ocasional de construção formal), historiadores trabalhando no paradigma cultural estão mais inclinados a questionar a base factual dos conceitos e sua significação arbitrária.¹¹ Em uma análise sobre raça e performance esportiva, Steve Pope contesta as bases factuais da raça, as quais, como classe e gênero, formam uma pedra angular conceitual

¹¹ Historiadores pós-modernos abordam a linguagem como um sistema semiológico, o qual funciona pela ênfase nas diferenças; nossa compreensão de algo melhora e se torna mais completa quanto mais sabemos o que este algo *não é*. Nossa compreensão de esporte moderno, por exemplo, é mais precisa porque sabemos que não é trabalho nem jogo. Em última instância, argumenta Elizabeth Deeds Ermarth, “o valor linguístico surge de um sistema de diferenciações complexo e bastante subliminar” (2007, p. 59-62). Por contraste, historiadores modernos tipicamente abordam a linguagem como neutra e objetiva, uma abordagem que “fomenta pensar em termos de semelhanças em vez de diferenças: sugerindo estruturas e essências que mascaram sua ficcionalidade e sua função”. As regras de um sistema semiológico são “alta ou completamente implícitas” e o uso de linguagem “depende do conhecimento tácito de seus usuários sobre o que é e o que não é permitido”; embora os usuários saibam quando a linguagem é mal usada, “momentos de criatividade e escolha sempre estão presentes”. Como Ermarth conclui, este modelo representa melhor a experiência real de uso da linguagem do que o proposto por explicações históricas modernas baseadas em ideias sobre linguagem neutra e denominadores comuns universais. Por esta lógica, pode também apresentar uma justificativa para rotular Thompson e Hoberman como proto-pós-modernos.

na história social do esporte. Historiadores do esporte concordam que raça é uma construção social, uma tentativa arbitrária de categorizar distinções biológicas superficiais. Não obstante, em sua apropriação do conceito (tipicamente para explicar desigualdades, diferenças, identidades e mudança social), eles com frequência essencializam a raça. O conceito de raça carrega, é claro, capacidades de referência social, cultural e política (por exemplo, correlações entre raça e índices de saúde, tendências demográficas, padrões de voto). Mas estes são sempre apenas parciais e tendem a falsamente tomar por certo que os racializados (por exemplo negros, nunca brancos) compreendem suas disposições, práticas e interesses por meio das mesmas lentes racializadas do grupo dominante não-racializado (por exemplo, brancos). Em uma tentativa de escapar à essencialização da raça, Pope adotou o que ele chama de sensibilidade pós-moderna em relação aos fatos do estilo afro-americano de basquete.

No centro do estilo distinto de basquete jogado por afro-americanos, Pope coloca “paradas rápidas, velocidade explosiva, condução de bola inovadora e seleção variada de arremessos” (2006, p. 148). Ao forjar este estilo, os negros “transformaram uma tentativa lúdica *americana* em uma expressão cultural *afro-americana*, redefinindo em seus próprios termos, a partir daí e através do jogo, o significado de ser americano”. Em outras palavras, afro-americanos tomaram um traço cultural e não racial e “o adaptaram como um estilo ritualizado, como uma performance [...] [de maneira a] se distinguirem dos brancos” (POPE, 2006, p. 148). Criticamente, Pope se compromete com interpretações que excedem a evidência material. Ao fazê-lo, ele destaca as limitações da insistência da história moderna em fontes empíricas e métodos para documentar culturas físicas primariamente não-verbais e baseadas em performance. Aqui Pope cita o historiador Stephen Fox, para quem o basquete se desenvolveu “espontaneamente [...] em milhares de bolsões pelo país” e “quicou para a frente nas mãos de incontáveis inovadores, a maioria dos quais desconhecida e incognoscível” (POPE, 2006, p. 148). Portanto, Pope conclui, “se é difícil consubstanciar o tempo em si do esporte, devemos também confessar que qualquer documentação no desenvolvimento de um estilo de jogar distin-

tivamente *negro* é ainda mais indefinível e, portanto, sujeita a especulação” (POPE, 2006, p. 148). Aqui reside a senbilidade pós-moderna de Pope, que “nos permite ‘saber algo sem reivindicar saber tudo’” e que avança além da busca de fatos objetivos em benefício da colocação de questões sobre as origens dos fatos e sua operação “*na história, especialmente na medida em que eles cultivam os sujeitos da história*” (POPE, 2006, p. 163-4).

Historiadores pós-modernos estão alertas ao poder explicativo causal abstrato implícito nos conceitos. Codificando as “ferramentas de pensamento herdadas do empirismo”, os historiadores modernos abordam os fatos como fundamentos de generalizações de nível mais alto que eventualmente levam a explicações causais abstratas (ERMARTH, 2007, p. 60). Por contraste, os historiadores pós-modernos abandonaram a busca de causalidade, focando, em vez disso, nos sistemas que nos mantêm capturados, em conjunturas específicas, por ideologias e interesses poderosos (embora Mahoney e Rueschemeyer (2003, p. 23) achem os teóricos pós-modernos “decididamente ambíguos em sua postura frente à análise causal”). Ao analisarem sistemas, os historiadores pós-modernos atribuem “tremendo valor ao detalhe, precisamente porque o detalhe não requer o estabelecimento de uma generalização e, portanto, a produção de uma abstração que assuma o lugar de sua materialidade. Detalhes materiais [...] se tornam alfabetos irredutíveis de construção” (ERMARTH, 2007, p. 62). Dispensando a causalidade, historiadores pós-modernos identificam e estudam os valores prevalentes em diferentes sistemas e como estes sistemas trabalham para permitir ou barrar outros valores (ERMARTH, 2007, p. 62). Entre numerosos exemplos na história do esporte, James Mills e Paul Dimeo (2003) analisam as tendências simultaneamente opostas e cúmplices do futebol na Índia colonial e a natureza complexa das relações dentro e em torno do jogo.¹²

Em vez de conceituar o futebol como um agente relativamente benigno de socialização ou um lugar pronto e apropriado de resistência ao poder e autoridade colonial, Mills e Dimeo abrem mão destas posições polarizadas e buscam relações de causa e efeito. Por exemplo,

¹² Ver também Farred (2003) e Hughson (2002).

olhando a vitória do clube de futebol do distrito de Mohun Bagan no Indian Football Association Challenge Shield¹³ de 1911, Mills e Dimeo comentam que, embora o sucesso do time representasse “um momento de triunfo nacionalista” e um “desmanche público e dramático” dos estereótipos coloniais sobre a superioridade atlética britânica e a esterilidade indiana, as celebrações também endossaram as tradições britânicas que conservam demonstrações de façanhas físicas como os sinais mais verdadeiros de “força e autoconfiança”, e o corpo como o lugar apropriado para “julgar um povo e seu destino” (2003, p. 119-21). Tais exemplos permitem a Mills e Dimeo situar o futebol colonial na Índia num sistema cultural que forjou identidades paradoxais e contraditórias.

Em suas críticas dos conceitos históricos modernos, historiadores pós-modernos também nos lembram que os conceitos têm história própria e que os historiadores “inevitavelmente revisam e reconstróem tais ideias, à medida que necessidades da sociedade contemporânea mudam” e “para propósitos políticos mais amplos” (MUNSLOW, 2006, p. 112; e também 2007, p. 158). Modernização é o exemplo perfeito de um conceito da história do esporte que perde espaço por razões políticas e ideológicas, e não científicas.

2.2 História ideológica

Como dito na primeira seção, a modernização fincou pé na história do esporte no fim dos 1970 e início dos anos 1980. A maioria dos historiadores do esporte apropriou-se do conceito para significar os produtos finais da urbanização e industrialização (por exemplo, melhoria dos padrões de vida, comunicação e transporte, redução da jornada de trabalho e inovações tecnológicas) e, então, num truque epistemológico clássico, aplicou a modernização como uma explicação causal do desenvolvimento do esporte na segunda metade do século XIX. Um punhado mobilizou a modernização para capturar a transformação de sociedades moldadas pela tradição, não-especializadas, paternalistas, pré-modernas, rurais e agrárias para formas indus-

¹³ Desafio de futebol. (NT)

triais e urbanas modernas, e para realçar as respectivas funções do esporte nestas duas formas de organização econômica e social.

De particular interesse, aqui, é a meia-vida da modernização na história do esporte: historiadores do esporte virtualmente abandonaram o conceito em meados dos anos 1980. Jeffrey Alexander dá uma explicação para este estado de coisas ao descrever a teoria como um discurso ideológico com história política própria. Intelectuais produzem teorias “em sua busca por significado”, argumenta (1995, p. 79-80). E “em resposta às mudanças sociais contínuas, ocorrem mudanças geracionais que podem fazer os [...] esforços de gerações intelectuais anteriores parecerem não apenas empiricamente implausíveis mas também psicologicamente rasos, politicamente irrelevantes e moralmente obsoletos”. Tais mudanças no *Zeitgeist*¹⁴ explicam melhor o ocaso da modernização na história do esporte do que a ideia modernista de historiadores cuidadosamente reavaliando seus conceitos sob o peso de críticas empíricas e científicas.

A modernização vicejou nos anos 1940, 1950 e no início dos 1960, nos EUA do pós-guerra, em meio ao crescimento da prosperidade econômica e dos subúrbios.¹⁵ Embora os críticos tenham “invalidado cientificamente” traços funcionalistas da modernização em meados dos 1960, Alexander atribui sua morte – a qual coloca “entre o assassinato do presidente Kennedy e o ‘verão do amor’ de São Francisco em 1967” – a um novo *Zeitgeist* (1995, p. 75). O que “empurrou” a modernização “para o precipício não foram as alternativas em ou por si”, mas

a destruição de seu âmagô metodológico, discursivo e ideológico. O desafio que finalmente não pode ser satisfeito era de natureza existencial. Ele emergiu de novos movimentos sociais que crescentemente abraçavam a emancipação coletiva – revoluções camponesas em escala mundial, movimentos nacionais de negros e chicanos¹⁶, rebeliões de povos indígenas, cultura jovem, *hippies*, rock e libertação das mulheres (ALEXANDER, 1995, p. 77).

Alexander nomeia a *Zeitgeist* do fim dos anos 1960 de antimoderna. Caracterizada em

¹⁴ Em alemão no original. (NT)

¹⁵ Nos EUA, em geral, os subúrbios das grandes cidades são ocupados por domicílios de classe média e alta. (NT)

¹⁶ Refere-se aos latino-americanos, especialmente os falantes do castelhano (espanhol). (N.T.)

parte pelo ativismo político no esporte¹⁷ e pelo novo movimento de lazer,¹⁸ o *Zeitgeist* antimoderno radicalizou muitos historiadores do esporte que se voltaram para o marxismo. Pelas lentes do marxismo, alguns historiadores do esporte começaram a vê-lo como um lugar e uma prática de reprodução do capitalismo e de suas tendências repressoras.¹⁹

O marxismo desafiou as reivindicações modernas de que os “historiadores estão posicionados fora da história, fora da ideologia, fora das narrativas culturais pré-existentes e fora dos conceitos organizadores”. Mas, tal como a modernização, o marxismo é uma forma realista de consciência histórica e não questionou a confiança moderna na “existência de conhecimento factual da maneira como foi descoberto na fonte” (MUNSLOW, 2006, p. 67). A modernidade também continha elementos de autorreflexividade e abraçou a complexidade e o paradoxo (evidentes, por exemplo, nos trabalhos de Friedrich Nietzsche), mas poucos historiadores adotaram a autorreflexividade, muito menos subscreveram sua conclusão lógica: o colapso da objetividade. Eles perseveraram na visão modernista de que “há sempre uma maneira de encontrar a verdade” (MUNSLOW, 2006, p. 176). Resumindo, em vez de oferecer uma alternativa pós-moderna para a história moderna, o marxismo forneceu uma forma moderna alternativa. Ironicamente, o marxismo passou pela história do esporte tão rapidamente quanto a modernização, porque fracassou frente ao escrutínio científico de críticos que demonstraram tensões irreconciliáveis entre a teoria e seus fatos históricos.²⁰ Contudo, o marxismo contribuiu para uma visão crítica do esporte mais duradoura com a noção de hegemonia, a qual proliferou na história do esporte em meados dos anos 1990.

A evidência apresentada aqui é que o aparecimento e o desaparecimento de conceitos-chave na história do esporte (como modernização, marxismo, hegemonia) reflete perspectivas ideológicas e políticas. Alexander situa estas perspectivas nas condições materiais do *Zeitgeist* prevalente e, ao fazê-lo, tem pontos em comum com os pós-modernos que as citam como evidência de

¹⁷ Ver, por exemplo, Zang (2001).

¹⁸ Ver, por exemplo, Donnelly (1993).

¹⁹ Ver, por exemplo, Gruneau (1983).

²⁰ Ver, por exemplo, Adelman (1983), Mason (1988) e Rader (1979).

que a história é, por natureza, centrada no presente. Embora esta noção tenha recebido pouca atenção na história do esporte, alguns pesquisadores foram receptivos à abordagem pós-moderna de analisar as perspectivas ideológicas e políticas embutidas nas estruturas linguísticas e metafóricas, as quais, argumentam eles, revelam-se através de “convenções trópicas de representação” (MUNSLOW, 2006, p. 189).²¹ Descartando a preocupação moderna por correlações entre empirismo e conceituação, os pós-modernos exploram a maneira como historiadores “transformam o ‘objeto’ de estudo em um ‘sujeito’ de um discurso histórico específico” (WHITE, 1995, p. 243). Abordando esta questão, Hayden White (1973) ofereceu tanto uma teoria geral da narrativa histórica quanto uma base para a rejeição pós-moderna da ciência histórica.

2.3 História narratológica

Historiadores modernos consideram a narrativa como sinônimo de história e demonstram pouca preocupação epistemológica ambas; a narrativa é simplesmente um veículo pelo qual os historiadores arrumam os fatos; as narrativas “descobrem a história real (a narrativa real) nas, e de acordo com, evidências e fontes” (MUNSLOW, 2006, p. 189).²² Epistemologicamente, esta posição toma por base que “o empirismo revela o passado como realmente aconteceu ao contar a história correta” (MUNSLOW, 2006, p. 180). Contudo, em *Metahistória* (*Metahistory*), White argumenta que “a forma pela qual uma narrativa histórica é construída pode nos contar mais a respeito das escolhas de enredo do historiador do que sobre o passado” (MUNSLOW, 2006, p. 180). Neste sentido, o “historiador está mais próximo de um autor e sua narrativa histórica com enredo é também um instrumento de construção ideológica. A história não é só uma narrativa com roteiro, [...] é também um texto político de dissenso ou afirmação, embora seu autor possa reclamar que esteja em busca da verdade” (MUNSLOW, 2006, p. 243). Ao passo que a referência à construção ideológica estabelece similaridades com o argumento colocado por Jeffrey Alexander (acima), White se interessa pela natureza cognitiva

²¹ Para exemplos de historiadores do esporte usando esta abordagem, ver Carino (1995) e Phillips (2002).

²² Para uma elaboração, ver Munslow (2007b, p. 4-28).

da narrativa e “como a mente histórica pensa” (MUNSLOW, 2006, p. 243). Eis a síntese de Munslow:

White caracteriza as estruturas profundas da imaginação histórica como conformadas à operação das quatro maiores figuras de linguagem: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia (todas diferentes formas pelas quais nossas mentes fazem as conexões que ‘vimos’ entre partes e todos). É através desta capacidade, e não da evidência (pois sua capacidade determina nossa seleção de fontes), que a história, no fim das contas, é feita. Portanto, a história com a qual terminamos [...] é o resultado de escolhas estéticas e pré-figurações do historiador, bem como de seu/sua leitor(a). Na versão de história de White, as quatro direções trópicas determinam e emergem em uma complexa superestrutura de estratégias de explicação que tomam a forma de quatro tipos de construção de enredo (tragédia, comédia, romance e sátira) e quatro modos de argumentar (formal, mecânico, orgânico e contextual) e suas quatro respectivas implicações ideológicas (anaquista, radical, conservadora e liberal) (MUNSLOW, 2006, p. 242).

Extrapolando a partir deste modelo, White conclui que a história não revela o passado, mas “*uma* narrativa desenhada pelo historiador à medida em que ele/ela organiza os conteúdos na forma de uma narrativa do que ele/ela acredita que o passado foi” (MUNSLOW, 2006, p. 242).

Em vez de seguir o caminho moderno de interrogar fontes e contexto empíricos em busca do passado real, Peter Carino e Murray Phillips empregaram o modelo de White para analisar a construção literária de diferentes narrativas históricas. O primeiro aplicou o modelo de White a uma análise de novelas lidando com o escândalo dos Black Sox no beisebol norte-americano;²³ o último usou o modelo de White para comparar duas narrativas históricas distintas sobre o movimento salva-vidas australiano, uma escrita por Ed Jaggard e outra por mim.²⁴ No restante desta sub-seção, esboço os principais argumentos de Phillips. Tendo como base praticamente as mesmas fontes, Jaggard e eu desenhamos narrativas notavelmente diferentes

²³ Carino (1995). O escândalo estourou em 1920, quando um júri de Chicago, investigando um suposto arranjo para um jogo de fase classificatória entre dois times pequenos, encontrou evidências de que membros do Chicago White Sox aceitaram dinheiro para não jogar o melhor que podiam contra o rival Cincinnati Reds na final da temporada anterior da liga (MLB).

²⁴ Phillips (2002). Um considerável volume de trabalho apoia as respectivas narrativas. Phillips apresenta uma lista completa na página 37, nota 2.

sobre o movimento salva-vidas e o status da Surf Life Saving Australia (SLSA)²⁵ e sua estrutura e postura institucional relativa às mulheres. Phillips atribui estas diferenças a nossos respectivos tropos (como montamos nossos discursos); construções de enredo e argumentos (como construímos nossos argumentos); e narrativas. A tabela 1 sintetiza estas diferenças.

Tropo	Construção do enredo	Argumento	Implicação ideológica
Metáfora	Romântico (<i>Jaggard</i>)	Formal (<i>Jaggard</i>)	Anarquista
Metonímia (<i>Jaggard</i>)	Trágico (<i>Booth</i>)	Mecânico	Radical (<i>Booth</i>)
Sinédoque (<i>Booth</i>)	Cômico	Orgânico	Conservadora
Ironia	Satírico	Contextual (<i>Booth / Jaggard</i>)	Liberal (<i>Jaggard</i>)

Tabela 1: Situando Booth e Jaggard no modelo de explicação histórica de Hayden White²⁶

De acordo com Phillips, uso um tropo de sinédoque para prefigurar minha compreensão do salvamento. Em outras palavras, integro todos os componentes da cultura de praia que, coletivamente, definem o movimento salva-vidas em diferentes conjunturas. Esses componentes incluem a construção social dos corpos dos salva-vidas, suas relações com os surfistas e diferentes lutas sociais e políticas. Em contraste, Jaggard adota um tropo metonímico, reduzindo o todo, a atividade de salva-vidas, a uma série de partes: mulheres, humanitários, surfistas hedonistas, dirigentes. Ele prioriza estas partes, que se tornam as bases para compreender o todo e para mostrar que a atividade de salva-vidas não é, e nunca foi, um movimento monolítico: nem todos os salva-vidas são altamente disciplinados, nem a antítese do individualismo

²⁵ O movimento salva-vidas australiano, bem como a atividade, chama-se *surf lifesaving*. Chamo a atenção para o termo pois, naquele país, tanto as atividades de surfar (*surfing*) quanto de salva-vidas (*surf lifesaving*) carregam o termo *surf* no nome. Na verdade, o uso de pranchas é introduzido no país como equipamento auxiliar dos salva-vidas na tarefa de socorrer afogados. Optei por referir-me ao termo genérico *surf lifesaving* como *salvamento* e, ao *surf lifesaving movement* como *movimento salva-vidas*. (NT)

²⁶ Ver White (1973, p. 29); Munslow (2006, p. 154); Phillips (2002, p. 6, 18).

dos surfistas. E o tropo metonímico de Jaggard o permite encontrar espaços para mulheres no mundo masculino do salvamento (PHILLIPS, 2002, p. 29-30).

Phillips observa que meu relato das mulheres salva-vidas se revela uma tragédia, ao passo que a história de Jaggard do envolvimento de mulheres com a atividade de salva-vidas segue um enredo romântico. Em minha narrativa, as mulheres lutam por – e ganham – acesso ao domínio masculino do salvamento, embora a admissão completa não alivie seu “sofrimento” e “agonia”. Meu roteiro é uma tragédia contínua, exemplificada pelos frequentes “mas” que servem como dispositivo literário para amplificar as dores femininas. “Mulheres foram admitidas como membros plenos *mas* [...]; mulheres ganharam cargos administrativos *mas* [...]; e a discriminação foi mitigada, *mas* [...]” (PHILLIPS, 2002, p. 11; grifos meus). Ao contrário das “almas atormentadas de Booth”, as mulheres de Jaggard são “heroínas” (PHILLIPS, 2002, p. 13). Triunfos femininos e feitos heróicos modelam a história de Jaggard. Frente a “barreiras, discriminação e abusos”, as mulheres “persistiram com determinação obstinada” a se tornarem “envolvidas”, “admitidas” e “aceitas” no salvamento (PHILLIPS, 2002, p. 12).

Embora Phillips encontre algum contexto na narrativa de Jaggard, ele argumenta que ela está geralmente subordinada a um argumento formal. Por exemplo, Jaggard destaca os interesses relativos ao surfe de Adrian Curlewis, o presidente que mais tempo ocupou o cargo na SLSA, de “afastar a ideia de que o movimento era essencialmente militarista, autoritário e conservador”. Mais notavelmente, Jaggard “lê uma foto de Curlewis executando uma manobra de ponta-cabeça sobre uma prancha para [...] capturar as aparentemente contraditórias posturas de milhares de outros salva-vidas em relação ao movimento salva-vidas e ao surfe”. Em contraste, meu argumento, de acordo com Phillips, coloca a SLSA no contexto amplo dos “movimentos sociais ou grandes forças sociais como contracultura, revolução sexual e hedonismo” (2002, p. 32-3).

Phillips argumenta que as diversas construções de enredo (e tropos e argumentos) nas duas narrativas se fundem com nossas ideologias liberal e radical, respectivamente. Isso é par-

ticularmente marcante nas discussões sobre mudanças sociais na atividade de salva-vidas e, especificamente, o ritmo e a deseabilidade de mudanças. Jaggard concorda que a atividade de salva-vidas é uma “instituição conservadora, masculina”. Contudo, não obstante estes “defeitos”, ele sustenta que a atividade de salva-vidas “merece” seu lugar na praia e que o conselho administrativo do movimento necessita apenas ajustar suas políticas para preservar o que é, em última instância, uma posição merecida de ícone na Austrália. Em contraste, eu reivindico “transformações estruturais” para “reconstituir” o movimento (PHILLIPS, 2002, p. 15-6).

Phillips dá significativo apoio à argumentação de White de que narrativas históricas são tão inventadas ou imaginadas quanto descobertas (WHITE, 1973, p. ix). No mínimo, Phillips mostra que historiadores do esporte não diferem de historiadores trabalhando em outras áreas ao colocarem a si mesmos em suas narrativas: “a forma importa”, como Dan Nathan (2001, p. 461) colocou. A história cultural do escândalo dos Black Sox no beisebol dos EUA feita por Nathan incorpora as primeiras mudas de consciência pós-moderna na história do esporte. Ele explicitamente responde ao desafio de White com um texto que, “conscientemente, revela meu trabalho manual, costuras, e tudo”; tento, afirma, “reproduzir a natureza complicada do evento e as maneiras pelas quais suas representações e memórias complementam e competem umas com as outras” (2003, p. 9).

White não é o único acadêmico a lançar uma crítica pós-moderna às narrativas históricas. O teórico literário e crítico cultural francês Roland Barthes argumentou que narrativas históricas não “diferem realmente [...] da narração imaginária que encontramos nos épicos, novelas e dramas” (1981, p. 7). Na próxima sub-seção, sintetizo a conceituação de Barthes de história como um discurso significado e ilustro seus argumentos com algumas reflexões críticas sobre uma narrativa histórica que escrevi para o centenário oficial da SLSA.²⁷

²⁷ Para a narrativa, ver Booth (2006b). Para uma análise completa, da qual a próxima seção é uma síntese, ver Booth (2008).

2.4 História semiológica

Em *O discurso da história* (*The Discourse of History*), Barthes fez uma crítica semiológica das narrativas históricas. A história, Barthes argumentou, significa. As únicas histórias que não significam, disse, são cronologias e anais – “puras séries não estruturadas de anotações” (BARTHES, 1981, p. 15). “No discurso histórico plenamente constituído, os fatos relatados funcionam inevitavelmente seja como índices, ou como elementos-chave cuja sucessão tem, por si, um valor de indexação” (BARTHES, 1981, p. 15. Ver também nota 3.). De acordo com Barthes, “os significados do discurso histórico” operam em “ao menos dois níveis distintos” (1981, p. 16). O primeiro inclui “os significados que o historiador, por conta própria, dá aos fatos que relata”; o segundo nível refere-se aos significados que transcendem o discurso histórico como um todo, e transmitidos através da temática do historiador” (1981, p. 16). Conscientemente juntei ambos os níveis em minha história da SLSA, como parte de um tropo crítico do movimento salva-vidas; assumi a posição de autor, alguém “manifestamente identificado com o objeto de estudo” e que fez “escolhas intervencionistas conscientes sobre o passado” (MUNSLOW, 2006, p. 35).

Ao contrário das alegações de historiadores modernos, a história pós-moderna não é antifactual, nem antirreferencial (MUNSLOW, 2006, p. 14). Historiadores pós-modernos também esmiuçam arquivos em busca de fontes relevantes. Aproximadamente todas as fontes em “Clubbies”, minha narrativa para o centenário oficial da SLSA, provém de arquivos. Mas não me aventurei nos arquivos buscando verdades objetivas; eu buscava material para apoiar meu argumento de que o humanitário é uma subespécie rara de salva-vidas. Na pesquisa anterior, encontrei evidências de apoio na história dos clubes e, desta vez, embarquei numa caçada mais sistemática de quatro pontos destes textos.²⁸ Foi uma busca frutífera; encontrei evidências de relações hostis entre clubes e conselhos locais, comportamento de fratria, mulheres marginali-

²⁸ Booth (2001). A SLSA engloba 301 clubes e possuía 81 histórias de clubes (com muitos clubes produzindo mais de uma história) quando vasculhei sua coletânea oficial, em junho de 2004.

zadas por salva-vidas e diretores homens dos clubes, e divisões sociais e culturais no interior dos clubes, especialmente em torno das culturas esportivas. Esses fatos serviram a meu argumento narrativo, ajudando-me a pintar o salvamento como um movimento complexo e diverso operando em um espaço contestado socialmente: a praia.

“A retórica oficial do centenário ganha um tom triunfante e de autocongratulação que pressupõe um movimento florescente e unido, baseado em ideias e ideais humanitários”, escrevi em “Clubbies”, e, “de acordo com esta retórica, os clubes existem apenas para prover um serviço de segurança aos frequentadores da praia, enquanto os salva-vidas são abnegados, empenhados e orgulhosos” (BOOTH, 2006b, p. 104). Em “Clubbies”, levanto-me para contestar esta retórica. Contudo, minha narrativa não é totalmente crítica. Reconheço os atributos positivos de alguns salva-vidas, incluindo atos de heroísmo genuíno ao salvarem vidas, e contribuições para o bem-estar de comunidades locais. Incluí estes fatos não por se poder demonstrar que são verdadeiros, mas por duas outras razões interligadas. Primeiro, negar ao movimento salva-vidas quaisquer atributos positivos exporia minha narrativa a ataques polemistas, que poderiam chegar à grosseria. Quaisquer que sejam minhas críticas ao movimento, elas claramente não podem englobar cada indivíduo e evento num espaço de cem anos.²⁹ Segundo, e mais importante, incluir atributos positivos não necessariamente enfraquece meu argumento crítico. Referindo-me aos atributos do movimento salva-vidas, os apresento como descrições básicas de eventos específicos e registrados; tais descrições são apenas elementos menores de uma narrativa histórica que é, por definição, uma representação (interpretação) do passado. Munslow resume as diferenças entre descrição e representação:

Histórias podem conter, e invariavelmente contém, descrições referenciais do tamanho de uma sentença. Mas, a partir daí, assumir que, de uma forma ou de outra, podemos “contar a verdade” em uma narrativa equivale a dizer que podemos “contar a verdade” de *As Montanhas Rochosas* como uma pintura, ou de que podemos “contar a verdade” sobre *Macbeth* como uma peça. Descrições permitem aos historiadores aludir a e atribuir propriedades, mas não no nível de representações. Representação não é referência; é *sobre* o objeto. O

²⁹ Historiadores raramente reconhecem o tempo como um conceito problemático. Barthes (1981) nota que a história tipicamente complica a cronologia ao comprimir o tempo em poucas palavras, sentenças, parágrafos ou, talvez, páginas. Ermarth observa que a explicação histórica “cria e mantém” uma “ficção que permanece amplamente ignorada: de que o tempo é um meio universal, neutro e não problemático ‘no’ qual tudo acontece”. Nesta conceituação, “o tempo funciona como um meio neutro, um denominador comum que garante relevância mútua a muitas coisas separadas no tempo ou espaço” (ERMARTH, 2007, p. 54-5). Ver também Ermarth (2010).

fato de que a história contém referências não nos permite acessar o significado do passado (2006, p. 223).

Em outras palavras, um punhado de fatos descrevendo atos abnegados de poucos membros de clubes preocupados com a comunidade não enfraquece meu argumento de um movimento salva-vidas diversificado e a serviço de si mesmo.

Contribuintes de histórias autorizadas como a produzida pela SLSA, obviamente, não têm autonomia total. Um comitê editorial deu parecer em minha narrativa antes de o editor (Ed Jaggard) aceitá-la para publicação. Embora o comitê editorial tenha aprovado minha narrativa sem comentários desfavoráveis, ao *sugerir* que eu incorporasse um fato extra, ele potencialmente ameaçou desorganizar o argumento crítico. O comitê editorial propôs que eu incorporasse a ideia de que os clubes cumpriam um “papel educativo amplo” em virtude de “equiparem os membros com capacidades úteis para a vida, como debater, compreender procedimentos de reuniões, proteger, liderar e negociar com governo local e estadual”. Em princípio, aceitei a recomendação, acreditando que poderia incorporá-la como um fato simples (quer dizer, descrição), sem desorganizar meu tropo e representação (críticos). Mas isso se mostrou mais difícil que eu esperava. Todavia, o processo reforçou a noção de Barthes do historiador como autor e o conceito de White das dimensões literárias da narrativa.

Inicialmente, inseri o fato na introdução e uma descrição das várias razões pelas quais os membros entravam nos clubes. Mas a inserção balançou a *literariedade*³⁰ do parágrafo por mudar o assunto dos *salva-vidas* individuais e autônomos para os *clubes* de salva-vidas e dotar os clubes com agência. Mover-me suavemente entre os dois temas requeria uma transição e um trabalho literários de minha parte e, por isso, busquei outro trecho. Considerei brevemente, então, juntá-lo com o subtema da vida clubística institucionalizada. Mas aqui eu enfatizava o lado sombrio da atividade de salva-vidas e incorporar a sugestão do comitê editorial neste ponto era arriscar diminuir minhas críticas mais poderosas. Retornei, então, para a introdução e percebi que a inclusão do fato requeria uma reescrita, para preservar o argumento crítico.

³⁰ Em inglês, *literariness*, ou seja, o *caráter literário de*. (NT)

No processo de reescrever o parágrafo, comecei a questionar criticamente o status factual da sugestão do comitê editorial. Em minha narrativa, os salva-vidas podem adquirir nos clubes habilidades para a vida, mas tal aquisição é quase inteiramente uma coincidência e tangencial em relação ao desejo principal dos membros: esporte, jogo e socialização. Os clubes de salvamento são meramente canais para reunir pessoas ativas; não são agentes com funções educacionais em si. Pareceu-me que o componente factual da sugestão do comitê editorial se apoia em algumas pessoas que entram para os clubes “*para contribuir para a comunidade local*” (BOOTH, 2006b, p. 78, grifos meus). Este trecho tornou-se tudo que aceitei da recomendação do comitê editorial. Como eu justificaria deixar de lado o restante da sugestão do comitê? Procurei evidências na literatura sobre clubes em outros esportes, notadamente o golfe³¹ e consultei um dos autores destes trabalhos. Na visão de Colin Tatz, os clubes esportivos “não são veículos para aprender nada”:

eles não são campos de treinamento em etiqueta, valores ou atitudes. Os membros não aprendem como debater, escrever ou se comunicar. Um em 200 membros pode aprender regras, um em 300 pode aprender como apresentar moções, e um em 100 pode aprender sobre constituições. Alguns podem aprender como fazer pequenas falas. Eles aprendem a partir do ambiente social amplo, não das condições internas dos clubes. A maioria das relações no interior dos clubes são excessivamente superficiais e, para a maioria dos membros, o poder da instituição reside no fato de que ela os força a serem polidos uns com os outros.³²

Tatz me proporcionou um conjunto alternativo de fatos em relação aos do comitê editorial e, não por acaso, escolhi os primeiros como consistentes com o tropo crítico que eu preferia. Interessantemente, Jaggard também reconheceu esta situação. Comentando um rascunho de minhas reflexões críticas sobre o projeto de história do centenário, Jaggard escreveu:

Acho significativo que você tenha consultado [Tatz], que lhe deu uma série de generalizações bastante arrebatadoras sobre clubes esportivos, as quais, de diferentes formas, reforçaram nossas visões sobre clubes basicamente masculinos. Suspeito que isto o levou a prosseguir com a revisão do que você pretendia dizer, sem referir-se a uma opinião de algum membro dos clubes sobre o assunto. Ele/ela/eles/elas poderiam ter corroborado a visão de Tatz, o que reforçaria seu argumento, mas eles poderiam também apresentar evidências convincentes em contrário. Isto diz algo muito importante sobre o uso de fontes. (BOOTH, 2008, p. 181)

³¹ Ver, por exemplo, Tatz e Stoddart (1993) e Tatz (2004).

³² Colin Tatz, correspondência pessoal, 20 de agosto de 2005.

De fato. Como Jaggard implicitamente reconhece, minha narrativa “Clubbies” reafirma a alegação de Barthes de que a história dignifica a posição ou interpretação do historiador, em vez de revelar a verdade sobre o passado. Historiadores são autores que conectam eventos, narrativas, compreensão, significado e interpretação. Na medida em que a autoria tipicamente envolve o “uso criterioso de fontes”, “colocando a forma antes do conteúdo”, e organizando, configurando e prefigurando o passado, os historiadores efetivamente “criam”, mais do que descobrem, o passado (MUNSLOW, 2006, p. 10, 36).

3 Paradigma cultural e pós-modernismo

A história do esporte contemporânea está viva de abordagens e ideias pós-modernas. Isto não significa que os historiadores do esporte abraçaram universalmente noções pós-modernas do historiador como autor ou de história como um discurso construído. Pelo contrário, negadores e detratores do pós-modernismo predominam, embora seja significativo que eles raramente se envolvam na literatura e, ironicamente, baseiem-se bastante em habilidades literárias para depreciar aqueles que se atrevem a sugerir caminhos alternativos para abordar a história. Mas a questão chave não é se o pós-modernismo existe na história do esporte, e sim como ele crescerá e influenciará o campo nos próximos anos. Uma década atrás, Catriona Parratt, com perceptividade, previu uma acomodação entre “ideias e ímpetos” modernos e pós-modernos, por meio da qual os historiadores do esporte adotariam alguns dos últimos, de maneira a “afiar e enriquecer” seu trabalho (1998, p. 4-17; ver também HILL, 1996, p. 15). Tal acomodação já é aparente em muitos dos trabalhos citados acima. Bale e Pope dão bons exemplos, ao menos porque a clareza de suas explicações forçará os historiadores do esporte modernos a repensar algumas de suas objeções ao pós-modernismo.

Em sua história de Roger Bannister, o primeiro homem a correr uma milha em menos de quatro minutos, Bale mostra precaução pós-moderna à natureza às vezes arbitrária dos conceitos e de seus efeitos de realidade/realistas. Ele vê Bannister mais como um indivíduo frag-

mentado comum que viveu/vive com contradições, ambiguidades e identidades múltiplas, e enxerga a corrida em que Bannister bateu o recorde como um “evento memorável”, lembrando-nos, no processo, de que memórias estão sempre sujeitas a revisão e “nunca estão tão seguras quanto aparentam” (2004, p. 9). Bale está bastante alerta à natureza arbitrária da linguagem, notando, por exemplo, que os termos herói e amador são escorregadios e que seu(s) “significado[s] oscilam de acordo com quem [os] usa” (2004, p. 127). Similarmente, ele rejeita dualismos simples como amador e profissional, argumentando que eles são inúteis quando aplicados a Roger Bannister. Por fim, Bale se coloca na narrativa, ao declarar entusiasmo mudo por Bannister e seus feitos. Porém, o trabalho de Bale também se enquadra perfeitamente no âmbito da história social empírica-analítica e de demolição de mitos, neste caso aqueles de Bannister como cavalheiro amador e da milha em quatro minutos como um marco esportivo. Pope, por sua vez, não obstante sua perspectiva pós-moderna a respeito dos fatos, permanece comprometido com uma história baseada em conhecimento e orientada por causalidade, a qual investiga “a estrutura e função da produção cultural” e “por que grupos sociais desenvolvem estilos distintos de performance” (2006, p. 164).

A noção de acomodação implica a existência de pontos comuns entre os pensamentos moderno e pós-moderno. Nas seções precedentes, identifiquei exemplos de pensamento proto-pós-modernos em histórias modernas, como conceitos elásticos e conceitos fundamentados política e ideologicamente. De fato, a aplicação de alguns dos últimos por construcionistas autorreflexivos ecoa de forma particular diferentes vertentes de pensamento pós-moderno. Embora historiadores pós-modernos tendam a embutir perspectivas ideológicas e políticas em estruturas linguísticas e metafóricas, esta posição não é universal. Keith Jenkins, por exemplo, argumenta que esta abordagem erra ao inverter a relação entre tropo e ideologia e que, em vez de tropos prefigurarem os modos da ideologia, a moda ideológica prefigura que tropo o historiador usa para “metaforicamente ‘conseguir compreender as coisas’” (1955, p. 171).

Apesar disso, a acomodação, por definição, não pode transcender completamente as amar-

ras epistemológicas da história moderna. Por contraste, a história pós-moderna é mais historiográfica, psicanalítica e muito mais complexa que a histórica empírica moderna (MUNSLOW, 2006, p. 179). Tanto quanto reconhecer a “fragilidade epistemológica” da disciplina, a história pós-moderna requer dos historiadores que revelem explicitamente seus formatos e métodos, e se engajem mais nos objetivos de estudar o passado (PHILLIPS, 2006, p. 14). Articulando esta versão de uma historiografia pós-moderna, Allan Megill implora aos historiadores que “tenham em conta a totalidade das fontes históricas, localizadas ou localizáveis, relevantes para o tema em questão” e “deem aos leitores algum senso dos limites destas evidências” (MEGILL, 2007, p. 128). Historiadores, ele continua, são “obrigados a expor as bases para se acreditar [que suas próprias conclusões] são verdadeiras” e a “indicar tão claramente quanto possível [...] as fronteiras [...] entre fato e especulação” (MEGILL, 2007, p. 149).

A historiografia pós-moderna de Megill questiona convenções modernas que valorizam, louvam e recompensam narrativas coerentes e completas; as convenções modernas deixam os historiadores relutantes a incorporar relatos sobre recuperação, ou perda e destruição, de fontes, bem como a discutir silêncios em suas evidências; e desencorajam os historiadores a se colocarem em suas narrativas. Historiadores são premiados por histórias completas, por histórias que apresentam respostas, resolvem problemas, dispensam dúvidas e, mais importante, eliminam subjetividade. Historiadores modernos (e seus agentes literários e editores supostamente sensíveis às necessidades e desejos do mercado³³) insistem que o limite de palavras impede qualquer relato que descreva a montagem da história. Tais asserções são comumente seguidas de apelos para que se acredite no julgamento profissional do historiador. Tal fé é desesperadamente ingênua, como demonstrado em minhas reflexões críticas sobre o projeto histórico do centenário da atividade de salva-vidas. Em “Clubbies”, mostro todos os traços aparentes da história moderna: é meticulosamente referenciada, corresponde às fontes (a maioria das quais carrega a sanção da história oficial de clubes) e não apresenta sinais óbvios de prefiguração ou subjetividade (como a ausência de “eu”). Minha narra-

³³ Sobre este ponto, ver Rosenstone (2007, p. 15-16).

tiva parece autoevidente e natural, com o referente – o passado – falando por si.³⁴ Mas, como deixo claro acima, estou longe de um observador desapaixonado e autor ausente.

E os objetivos de estudar o passado? Embora nem os historiadores modernos nem os pós-modernos concordem em relação aos objetivos (JENKINS et al., 2007), estou de acordo com Megill, que argumenta que “historiadores devem apresentar uma perspectiva crítica sobre o passado, o presente, e o uso presente do passado” (2007, p. 208). Historiadores do esporte trabalhando no paradigma da história social têm uma forte tradição de olhar o passado de maneira crítica, particularmente ao trazerem histórias de pessoas comuns e “levá-las em consideração, tornando-as visíveis, como uma forma de corrigir o histórico de privilégios e poder que tipicamente as exclui, uma forma de estabelecer a agência no presente através da identificação com exemplos do passado” (SCOTT, 2007, p. 21). A maioria destas críticas cai numa orientação ideológica liberal, e não radical (ver História Narratológica, acima). Sugiro que, em parte, isto ocorre devido a um medo inerente de que uma orientação radical politizará a disciplina.³⁵ Uma forma potencial de resolver este medo é os historiadores adotarem uma postura mais reflexiva, pela qual explorem as “fissuras e contradições” em suas representações do passado (MEGILL, 2007, p. 208).

A desconstrução da história da revolta dos atletas negros em três campi dos EUA no fim dos anos 1960 e início dos 1970 produzida por David Wiggins (1997)³⁶ ilustra os benefícios da reflexividade autoral. Em sua história, Wiggins, um altamente respeitado pesquisador da experiência esportiva dos afro-americanos, busca apresentar um panorama equilibrado. Duas reivindicações rivais, em particular, dão ao trabalho este ar de equilíbrio. De um lado, atletas universitários brancos acreditavam que “estudantes negros se escondiam sob a fachada da discriminação racial” e que eles “confundiam discriminação racial com a disciplina” necessária para o sucesso como atletas. De outro, forças e agentes externos pressionaram bastante os atletas negros para realizar pro-
textos com os quais eles não necessariamente concordavam de forma integral (WIGGINS, 1997, p.

³⁴ Ver Barthes (1981, p. 11); Curthoys e Docker (2006, p. 145).

³⁵ Uma exceção importante é Bruce Kidd, que adota a voz de um radical com inclinação de esquerda. Por exemplo, em um de seus primeiros trabalhos, ele advogou “luta continuada” – em campos esportivos e locais de trabalho, escolas, universidades e casas – como meio de democratizar o esporte e mudar o *status quo* (1979, p. 67). Para uma análise do trabalho histórico de Kidd, ver Booth (2010b)

³⁶ Esse trabalho foi publicado primeiro no *Journal of Sport History* uma década antes. Ver Wiggins (1988).

148-9). Desconstruindo o artigo de Wiggins, parece que ele deseja conciliar três posições concorrentes: um compromisso com a história moderna, seu conhecimento de que os atletas negros sofreram discriminação e seu próprio papel nos protestos como, em sua definição, um “ator tangencial”. Em sua introdução de *Glória Amarrada (Glory Bound)*, Wiggins enquadra a história como uma disciplina preocupada com localização de fontes primárias, uso de pesos iguais para ambos os lados de qualquer discussão e escrita cuidadosa. Como pesquisador experiente, Wiggins está bem familiarizado com a negligência institucional, o isolamento social, a insensibilidade racial e o preconceito sofrido por atletas afro-americanos em campi brancos. Como estudante, testemunhou bem de perto ao menos três episódios de política racial entre atletas afro-americanos e autoridades universitárias em Oregon State.³⁷

Estas posições concorrentes põem Wiggins em apuros. Atribuir peso igual às visões de negros e brancos, no fim das contas, favorece os últimos, pois os dois lados partiram de posições muito desiguais. Nem uma posição apolítica preserva a neutralidade que Wiggins aparentemente busca transmitir. Como nos lembra Berkhofer, citando a historiadora de políticas sociais e questões de gênero Linda Gordon, “a pose de objetividade é pior que o partidário explícito, porque aqueles que reivindicam neutralidade estão enganando as pessoas em relação a suas posições efetivas e, pior, [...] lhes falta um ponto de vista a partir do qual possam ser críticas de sua própria cultura” (1995, p. 215). Em outro trabalho, Wiggins comenta que o esporte nos Estados Unidos “não foi sempre o salvador democrático – como algumas pessoas o retrataram –, mas sim uma instituição construída por brancos, de propriedade de brancos e a serviço de brancos, caracterizada pela subjugação do atleta negro” (1980, p. 221). Não obstante, no trabalho analisado aqui, Wiggins parece relutar em criticar o esporte. Como evidência desta relutância, apresento sua admissão de que achou “terrivelmente difícil” a decisão de pedir a demissão de um técnico de beisebol (um dos três episódios de política racial nos quais ele esteve envolvido na Oregon State University), dado que “era um estudante universitário de 19 anos que sempre foi ensinado a respeitar as autoridades” (1997, p. xviii).

³⁷ Universidade Estadual de Oregon, EUA. (NT)

Meu argumento é que, ao refletir abertamente sobre seu ponto de vista (parcial) como um jovem atleta universitário branco em tempos de turbulência política, e então comparar este ponto de vista ao que tinha, duas décadas depois, como pesquisador experiente, e ao incorporar essas reflexões em sua história, Wiggins poderia ter apresentado *insights* maiores sobre as relações de poder no esporte e o esporte como um lugar de luta. Wiggins está na posição perfeita – talvez de forma única – para desmistificar e desmascarar muitas das noções e ideias populares sobre esporte e raça. Mas ele só pode fazê-lo se explicitar sua posição; e isto, evidentemente, é a essência da história pós-moderna.

Historiadores modernos descartam a reflexividade como uma receita para o relativismo e, no fim das contas, o fim da história com disciplina. O pós-modernismo de fato introduz o relativismo. Em vez de “sugerir licença”, como os críticos modernos atacam, o relativismo pós-moderno introduz “injunções éticas” na história (JENKINS et. al., 2007, p. 6).³⁸ Fatos históricos sozinhos não resolvem estas injunções, nem estimulam a tomada de decisão ou ação política.³⁹ Longe de ameaçar a história, as injunções éticas na história pós-moderna farão a disciplina mais relevante para as necessidades contemporâneas e ajudarão a realçar o progresso sob o paradigma cultural.

Referências

ADELMAN, Mel. Academicians and American Athletics: A Decade of Progress. *Journal of Sport History*, v. 10, n. 1, p. 80-106, 1983.

_____. Modernization Theory and its Critics. In: CAYTON, M.; GORN, E.; WILLIAMS, P. (ed.). *Encyclopedia of American Social History* (vol. 1). New York: Charles Scribner's, 1993, p. 347-58.

ALEXANDER, Jeffrey. Modern, Anti, Post and Neo. *New Left Review*, n. 210, p. 77-80, 1995.

ALLISON, Lincoln. The Changing Context of Sporting Life. In: _____ (ed.). *The Changing Politics of Sport*. Manchester: Manchester University Press, 1993, p. 1-14.

³⁸ Exploro melhor esta ideia em Booth (2010a).

³⁹ Observando que fatos não preveniram o genocídio em Darfur e que a neutralidade não ajudou em Srebrenica, Ermarth questiona se há exemplos de “onde [...] nos apresentarem fatos [...] [tenha] orientado escolhas” (ERMARTH, 2007, p. 57).

BAKER, William. The State of British Sport History. *Journal of Sport History*, v. 10, n. 1, p. 53-66, 1983.

BALE, John. *Roger Bannister and the Four-minute Mile: Sports Myth and Sports History*. London: Routledge, 2004.

_____. Partial Knowledge: Photographic Mystifications and Constructions of 'the African Athlete'. In: PHILLIPS, Murray (ed.). *Deconstructing Sport History*. Albany: State University of New York Press, 2006, p. 95-115.

BARTHES, Roland. The Discourse of History. In: BANN, Stephen (ed.). *Comparative Criticism: a Yearbook*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, p. 7-20.

BERKHOFER, Robert. *Beyond the Great Story: History as Text and Discourse*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

BONNELL, Victoria; HUNT, Lynn. Introduction. In: BONNELL, Victoria; HUNT, Lynn (ed.). *Beyond the Cultural Turn: New Directions in the Study of Society and Culture*. Berkeley: University of California Press, 1999, p. 1-33.

BOOTH, Douglas. Sports History: What Can Be Done? *Sport, Education and Society*, v. 2, n. 2, p. 191-204, 1997.

_____. *Australian Beach Cultures*. London: Frank Cass, 2001.

_____. *The Field: Truth and Fiction in Sport History*. London: Routledge, 2005.

_____. Sites of Truth or Metaphors of Power? Refiguring the Archive. *Sport in History*, v. 26, n. 1, p. 91-109, 2006a.

_____. Managing Pleasure and Discipline: Clubbies. In: Jaggard, E. (ed.). *Between the Flags: One hundred Summers of Australian Surf Life Saving*. Sydney: University of New South Wales Press, 2006b.

_____. In-Between The Flags: Reflections on a Narrative of Surf Lifesaving Australia. *Rethinking History*, v. 12, n. 2, p. 165-87, 2008.

_____. Sport History and the Seeds of a Postmodern Discourse. *Rethinking History*, v. 13, n. 2, p. 153-74, 2009.

_____. Beyond History: Racial Emancipation and Ethics in Apartheid Sport. *Rethinking History*, v. 14, n. 4, 2010a (no prelo).

_____. Bruce Kidd, Sport History and Social Emancipation. In: FIELD, Russel; DONNELLY, Peter (ed.). *Athlete, Activist, Scholar: Festschrift in Honour of Bruce Kidd*. Toronto: Toronto University Press, 2010b (no prelo).

BOTTOMORE, Tom. Structure and History. In: BLAU, Peter (ed.). *Approaches to the Study of Social Structure*. New York: The Free Press, 1975.

BOURDIEU, Pierre. Sport and Social-class. *Social Science Information*, v. 17, n. 6, p. 819-40, 1978.

BROHM, Jean-Marie. *Sport: A Prison of Measured Time*. London: Ink Links, 1978.

BROWN, Brown. Fleshing-out Field Notes: Prosaic, Poetic and Picturesque Representations of Canadian Mountaineering, 1906-1940. *Journal of Sport History*, v. 30, n. 3, p. 347-71, 2003.

CARINO, Peter. Novels on the Black Sox Scandal: History / Fiction / Myth. *Nine: A Journal of Baseball History and Social Policy Perspectives*, v. 3, n. 2, p. 276-92, 1995.

CURTHOYS, Ann; DOCKER, John Docker. *Is History Fiction?* Sydney: University of New South Wales Press, 2006.

DIAMOND, Jared; ROBINSON, James (ed.). *Natural Experiments of History*. Cambridge: Belknap Press, 2010.

DONNELLY, Peter. Subcultures in Sport: Resilience and Transformation. In: INGHAM, Alan; LOY, John (ed.). *Sport in Social Development: Traditions, Transitions, and Transformations*. Champaign: Human Kinetics, 1993, p. 119-45.

EARLY, Gerald. The Black Intellectual and the Sport of Prizefighting. *The Kenyan Review*, v. 10, n. 3, p. 102-17, 1988.

ERMARTH, Elizabeth Deeds. The Closed Space of Choice: A Manifesto on the Future of History. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun (ed.). *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007, p. 50-66.

_____. Time is Finite: The Implications for History. *Rethinking History*, v. 14, n. 3, p. 321-41, 2010.

FARRED, Grant. 'Theatre of Dreams:' Mimicry and Difference in Cape Flats Township Football. In: BALE, John; CRONIN, Mike (ed.). *Sport and Postcolonialism*. Oxford: Berg, 2003, p. 123-45.

GRUNEAU, Richard. Sport and the Debate on the State. In: CANTELON, Hart; GRUNEAU, Richard (ed.). *Sport, Culture and the Modern State*, Toronto: University of Toronto Press, 1982, p. 1-38.

_____. *Class, Sports, and Social Development*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1983.

_____. Modernization or Hegemony: Two Views on Sport and Social Development. In: HARVEY, Jean; CANTELON, Hart (ed.). *Not Just a Game: Essays in Canadian Sport Sociology*. Ottawa: University of Ottawa Press, 1988, p. 9-32.

GUTTMANN, Allen. *From Ritual to Record*. New York: Columbia University Press, 1978.

_____. The Ludic and the Ludicrous. *International Journal of the History of Sport*, v. 25, n. 1, p. 100-112, 2008.

HARGREAVES, John. *Sport, Power and Culture*. Cambridge: Polity Press, 1986.

HILL, Jeffrey. British Sports History: A Post-modern Future?. *Journal of Sport History*, v. 23, n. 1, p. 1-19, 1996.

_____. Anecdotal Evidence: Sport, the Newspaper Press, and History. In: PHILLIPS, Murray (ed.). *Deconstructing Sport History*. Albany: State University of New York Press, 2006, p. 117-29

_____. *Sport and the Literary Imagination: Essays in History, Literature, and Sport*. Oxford: Peter Lang, 2007.

HOBBERMAN, John. Toward a Theory of Olympic Internationalism. *Journal of Sport History*, v. 22, n. 1, p. 1-37, 1995.

HOBBSBAWM, Eric. *On History*. London: Abacus, 1998.

HOLT, Richard. *Sport and the British: A Modern History*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HOWELL, Colin. On Metcalfe, Marx, and Materialism: Reflections on the Writing of Sport History in the Postmodern Age. *Sport History Review*, v. 29, n. 1, p. 96-102, 1998.

HUGHSON, John. 'We Are Red, White and Blue, We Are Catholic, Why Aren't You?:' Religion and Soccer Subculture and Symbolism. In: MADGALINSKI, Tara; CHANDLER, Tim (ed.). *With God on Their Side: Sport in the Service of Religion*. London: Routledge, 2002, p. 56-70.

HUNT, Lynn. Introduction: History, Culture, and Text. In: _____ (ed.). *The New Cultural History*. Berkeley, CA: University of California Press, 1989, p. 1-22.

HUTCHINS, Brett. *Don Bradman: Challenging the Myth*. Melbourne: Cambridge University Press, 2002.

JAMES, C. L. R. *Beyond a Boundary*. Durham: Duke University Press, 1993 [1963].

JARVIE, Grant. Sport, Nationalism and Cultural Identity. In: ALLISON, Lincoln (ed.). *The Changing Politics of Sport*. Manchester: Manchester University Press, 1993, p. 58-83.

JENKINS, Keith. *On 'What is History?'* From Carr and Elton to Rorty and White. London: Routledge, 1995.

_____. *Why History? Ethics and Postmodernity*. London: Routledge, 1999.

JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun (ed.). *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007.

JOHNES, Martin. Archives, Truths and the Historian at Work: A Reply to Douglas Booth's 'Refiguring the Archive'. *Sport in History*, v. 27, n. 1, p. 127-35, 2007.

JONES, Gareth Stedman. Class Expression Versus Social Control: A Critique of Recent Trends in the Social History of 'Leisure'. *History Workshop*, v. 4, p. 162-70, 1977.

KIDD, Bruce. *The Political Economy of Sport*. Calgary: Canadian Association for Health, Physical Education and Recreation, 1979.

_____. *The Struggle for Canadian Sport*. Toronto: The University of Toronto Press, 1996.

_____. Missing: Women from Sports Halls of Fame. In: DONNELLY, Peter (ed.). *Taking Sport Seriously: Social Issues in Canadian Sport*. Toronto: Thompson Educational Publishing, 2000.

KIDD, Bruce. Epilogue: The Struggle Must Continue. *Sport in Society*, v. 13, n. 1, p. 157-8, 2010.

KLUGMAN, Matthew. 'The Premiership is Everything:' Visceral Agony and Ecstasy on the Last Saturday in September. *Sporting Traditions*, v. 27, n. 2, 2010 (no prelo).

LICHT, Walter. Cultural History / Social History: A Review Essay. *Historical Methods*, v. 25, n. 1, p. 37-41, 1992.

MASON, Tony. *Sport in Britain*. London: Faber & Faber, 1988.

MAGUIRE, Joseph. Common Ground? Links Between Sports History, Sports Geography and the Sociology of Sport. *Sporting Traditions*, v. 12, n. 1, p. 3-25, 1995.

_____. *Global Sport: Identities, Societies, Civilizations*. Cambridge: Polity Press, 1999.

MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich (ed.). *Comparative Analysis in the Social Sciences*. New York: Cambridge University Press, 2003.

MCLEAN, Malcolm. Ambiguity Within the Boundary: Re-reading C. L. R. James' 'Beyond a Boundary'. *Journal of Sport History*, v. 37, n. 1, p. 99-117, 2010.

MEGILL, Megill. *Historical Knowledge, Historical Error: A Contemporary Guide to Practice*. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

MILLS, James; DIMEO, Paul. 'When Gold is Fired it Shines:' Sport, the Imagination and the Body in Colonial and Postcolonial India. In: BALE, John; CRONIN, Mike (ed.). *Sport and Postcolonialism*. Oxford: Berg, 2003, p. 107-122.

MORGAN, Michael Cotey. The Seventies and the Rebirth of Human Rights. In: FERGUSON, Niall et al (ed.). *The Shock of the Global*. Cambridge: The Belknap Press, 2010, p. 237-50.

MORGAN, William Morgan, *Leftist Theories of Sport: A Critique and Reconstruction*. Urbana, IL: University of Illinois Press, 1994.

MUNSLOW, Alun. *Deconstructing History*. London: Routledge, 1997.

_____. *The Routledge Companion to Historical Studies*. Second edition London: Routledge, 2006.

_____. Review of 'Futures Past: On the Semantics of Historical Time', by Reinhart Koselleck. *Theory, Culture & Society*, v. 24, n. 1, p. 156-60, 2007a.

_____. *Narrative and History*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2007b.

NATHAN, Dan. Bearing Witness to Blackball: Buck O'Neil, the Negro Leagues and the Politics of the Past. *Journal of American Studies*, v. 35, n. 3, p. 453-69, 2001.

_____. *Saying It's So: A Cultural History of the Black Sox Scandal*. Urbana: University of Illinois Press, 2003.

NAURIGHT, John; CHANDLER, Tim. *Making Men: Rugby and Masculine Identity*. London: Frank Cass, 1996.

ORIARD, Michael. *Reading Football: How the Popular Press Created an American Spectacle*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1995.

OSMOND, Gary. Reflecting Materiality: Reading Sport History Through the Lens. *Rethinking History*, v. 12, n. 3, p. 339-60, 2008.

OSMOND, Gary; PHILLIPS, Murray. 'The Bloke With a Stroke:' Alick Wickham, the 'Crawl' and Social Memory. *Journal of Pacific History*, v. 39, n. 3, p. 309-24, 2004.

PARRATT, Catriona. Reflecting on Sport History in the 1990s. *Sport History Review*, v. 29, n. 1, p. 4-17, 1998.

PHILLIPS, Murray. A Critical Appraisal of Narrative in Sport History: Reading the Surf Lifesaving Debate. *Journal of Sport History*, v. 29, n. 1, p. 25-40, 2002.

_____. Introduction. In: _____ (ed.). *Deconstructing Sport History*. Albany: State University of New York Press, 2006, p. 1-24.

_____. Commentary. *Sporting Traditions*, v. 27, n. 2, 2010 (no prelo).

POPE, Steve. Decentering 'Race' and (Re)presenting 'Black' Performance in Sport History: Basketball and Jazz in American culture, 1920-1950. In: PHILLIPS, Murray (ed.). *Deconstructing Sport History*. Albany: State University of New York Press, 2006, p. 147-77.

POSEL, Deborah. History as Confession: The Case of the South African Truth and Reconciliation Commission. *Public Culture*, v. 20, n. 1, p. 119-41, 2008.

RADER, Rader. Modern Sports: In Search of Interpretations. *Journal of Social History*, v. 13, n. 2, p. 307-21, 1979.

RIESS, Steven. *Sport in Industrial America 1850-1920*. Wheeling: Harlan Davidson, 1995.

RIGAUER, Bero. *Sport and Work*. New York: Columbia University Press, 1981.

ROSENSTONE, Robert. Space For the Bird to Fly. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun (ed.). *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007, p. 11-8.

SCHULTZ, Jaime. 'A Wager Concerning a Diplomatic Pig:' A Crooked Reading of the Floyd of Rosedale Narrative. *Journal of Sport History*, v. 32, n. 1, p. 1-21, 2005.

SCOTT, Joan. History Writing as Critique. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun (ed.). *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007, p. 19-37.

STEARNS, Peter. Modernization and Social History: Some suggestions, and a Muted Cheer. *Journal of Social History*, v. 14, n. 2, p. 189-209, 1980.

STINCHCOMBE, Arthur. *Theory and Methods in Social History*. New York: Academic Press, 1978.

STODDART, Brian. Cricket, Social Formation and Cultural Continuity in Barbados: A Preliminary Ethnohistory. *Journal of Sport History*, v. 14, n. 3, p. 317-40, 1987.

STRUNA, Nancy. Social History and Sport. In: COAKLEY, Jay; DUNNING, Eric (ed.). *Handbook of Sports Studies*. London: Sage, 2000, p. 187-203.

SYDNOR, Synthia. A History of Synchronized Swimming. *Journal of Sport History*, v. 25, n. 2, p. 252-67, 1998.

TATZ, Colin. *A Course of History: Monash Country Club 1931-2001*. Sydney: Allen & Unwin, 2004.

TATZ, Colin; STODDART, Brian. *The Royal Sydney Golf Club: The First Hundred Years*. Sydney: Allen & Unwin, 1993.

THOMPSON, E. P. *The Poverty of Theory: Or an Orrery of Errors*. 2nd. edition. London: Merlin, 1995.

TOMLINSON, Alan; YOUNG, Christopher. Sport in History: Challenging the *Communist Opinion*". *Journal of Sport History*, v. 37, n. 1, p. 5-17, 2010.

VERTINSKY, Patricia. Introduction. In: VERTINSKY, Patricia; MCKAY, Sherry (ed.). *Disciplining Bodies in the Gymnasium: Memory, Monument, Modernism*. London: Routledge, 2004, p. 1-11.

WALVIN, James. Sport, Social History and the Historian. *British Journal of Sports History*, v. 1, n. 1, p. 5-13, 1984.

WHITE, Hayden. *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-century Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.

_____. Response to Arthur Marwick. *Journal of Contemporary History*, v. 30, n. 2, p. 233-46, 1995.

WIGGINS, David. Clio and the Black Athlete in America: Myths, Heroes, and Realities. *Quest*, v. 32, n. 2, p. 217-25, 1980.

_____. 'The Future of College Athletics is at Stake:' Black Athletes and Racial Turmoil on Three Predominantly White University Campuses, 1968-1972. *Journal of Sport History*, v. 15, n. 3, p. 304-33, 1988.

_____. *Glory Bound: Black Athletes in a White America*. Syracuse University Press, 1997.

ZANG, David. *SportsWars: Athletes in the Age of Aquarius*. Fayetteville: University of Arkansas Press, 2001.